

CPRT

COMISSÃO DE POLÍTICA
DE RELAÇÕES TRABALHISTAS

RADAR TRABALHISTA

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 5 – Número 0311 – 10/07 à 14/07/2023

SUMÁRIO

- Destaque da Semana
 - Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)
 - Notícias do Executivo
 - Notícias do Ministério Público do Trabalho
 - Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
 - e-Social
 - Outras Notícias
 - Atos Normativos
 - Dados estatísticos de Fiscalização
-

Destaque da Semana

[Vem aí o FGTS Digital!](#)

eSocial - 14/07/2023

Está prevista para janeiro de 2024 a implementação do FGTS Digital. O cronograma prevê uma etapa de testes (produção limitada – ambiente simulado das funcionalidades), que será também um período para os empregadores já irem se adaptando à nova sistemática de recolhimento do FGTS. Todos os empregadores que são obrigados a recolher o FGTS devem ficar atentos às novas regras e buscar participar do período de testes. A previsão é que o período de testes se inicie 16/08/2023 e termine 03/11/2023.

A nova sistemática a ser inaugurada com o FGTS Digital trará mudanças significativas na forma de cumprimento da obrigação de recolhimento do FGTS e na cultura dos empregadores, portanto, há necessidade de atenção redobrada para alguns detalhes, de forma a se evitar transtornos com a mudança que se aproxima.

Conheça o portal do novo sistema em gov.br/fgtsdigital.

O **FGTS Digital** é um conjunto de sistemas informatizados que se propõe a gerenciar os diversos processos relacionados ao cumprimento da obrigação de recolhimento do FGTS. Pode-se dizer que é uma solução tecnológica que busca facilitar o cumprimento dessa obrigação pelos empregadores e assegurar que os valores devidos aos trabalhadores sejam efetivamente depositados em suas contas vinculadas.

Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Indústria de calçados pagará horas extras por suprimir intervalos para recuperação térmica](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 14/07/2023

A Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a Alpargatas S.A., de Campina Grande (PB), a pagar horas extras a um operador de prensa referentes à não concessão de pausa para recuperação térmica. O colegiado destacou a jurisprudência do TST nesse sentido e limitou a condenação a 8/12/2019, quando a medida deixou de ser exigida pelo Ministério do Trabalho.

[TST invalida norma coletiva que limita abono de faltas por atestado a 48 horas](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 13/07/2023

A Seção Especializada em Dissídios Coletivos (SDC) do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou recurso do Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos e Máquinas do Estado do Pará e Amapá (Sincodiv) contra decisão que considerou inválida a cláusula de acordo coletivo que limita a 48 horas os abonos de faltas concedidos por atestados de médicos ou odontólogos dos sindicatos dos trabalhadores.

[Vencedor do Nobel da Paz, Kailash Satyarthi abrirá Seminário Internacional Trabalho Decente](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 12/07/2023

O ativista indiano Kailash Satyarthi fará a conferência de abertura do “Seminário Internacional Trabalho Decente: Proposições para a construção de uma agenda de Saúde e Segurança, Equidade, Proteção à Infância e Erradicação do Trabalho Infantil”, de 1º a 3 de agosto, no Tribunal Superior do Trabalho. Em 2014, Kailash recebeu o Prêmio Nobel da Paz por sua atuação contra o trabalho infantil, que já libertou mais de 80 mil crianças de diversas formas de escravidão e contribuiu para sua reintegração social.

[Comissária de voo receberá reembolso de despesas com maquiagem](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 11/07/2023

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a TAM Linhas Aéreas S.A. a reembolsar uma comissária de voo pelas despesas com maquiagem. O colegiado reafirmou a jurisprudência do TST de que despesas com apresentação pessoal, como maquiagem, esmaltes, calçados e outros itens de uso obrigatório, devem ser reembolsadas.

[TST rejeita reclamação contra reajuste com base em lei municipal](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 10/07/2023

A Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) considerou incabível uma reclamação apresentada pelo Município de Pirassununga (SP) contra decisão que havia deferido reajuste salarial a um motorista com base em lei municipal. Segundo o colegiado, não estão presentes os requisitos da reclamação, instrumento jurídico cuja finalidade é preservar a competência do Tribunal e garantir a autoridade de suas decisões.

[Lei da Igualdade Salarial: homens e mulheres na mesma função devem receber a mesma remuneração](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 10/07/2023

Está em vigor, desde o dia 4 de julho, a Lei 14.611/2023, que garante a igualdade de salário e de critérios de remuneração entre trabalhadoras e trabalhadores. Além de estabelecer salários iguais para a mesma função, a nova legislação visa aumentar a fiscalização contra a discriminação e facilitar os processos legais.

Notícias do Executivo

[Ministério do Trabalho e Emprego inicia o pagamento do 6º lote aos trabalhadores com direito ao Abono Salarial a partir de 17 de julho](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 12/07/2023

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) começa a pagar nesta segunda-feira (17) o 6º lote ao grupo de trabalhadores com direito ao Abono Salarial. Ao todo, 4.202.121 milhões de trabalhadores têm direito a receber o benefício neste lote, um dispêndio de R\$ 4.251.271.655,00 bilhões de reais. Os trabalhadores de empresas privadas com direito ao PIS, recebem pela Caixa, um total de 3.659.893 trabalhadores. Já os servidores públicos, com direito ao PASEP, recebem pelo Banco do Brasil, um total de 544.228 mil pessoas.

[Previdência Social amplia debate sobre aprimoramento da análise de benefícios do INSS para pessoas com deficiência](#)

Ministério da Previdência Social - 12/07/2023

O Ministério da Previdência Social (MPS) ampliou o debate sobre o aprimoramento da análise de benefícios do INSS para pessoas com deficiência (PCD), a partir da possibilidade de atualização dos questionários de perícia médica e de avaliação social. Nesta quarta-feira (12), em Brasília (DF), a proposta foi apresentada ao ministro Carlos Lupi pela coordenadora do Movimento Orgulho Autista do Brasil e vice-presidente da Associação Tudo Azul, Samara Rocha.

[Guia Lilás: prevenção e tratamento ao assédio moral e sexual no governo federal](#)

Ministério da Previdência Social - 11/07/2023

O [Guia Lilás](#) traz orientações para prevenção e tratamento ao assédio moral e sexual e à discriminação no governo federal. Preparado pela Controladoria-Geral da União, o documento apresenta os conceitos de assédio, traz exemplos práticos de situações que podem caracterizar esse tipo de importunação e ensina todo o protocolo para denunciar a prática. O manual é aplicável às diferentes relações de trabalho existentes na Administração Pública federal.

[Alessandro Stefanutto assume presidência do INSS com desafio de reduzir fila](#)

Ministério da Previdência Social - 11/07/2023

O ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, deu posse na manhã desta terça-feira (11) ao novo presidente do INSS, Alessandro Stefanutto. A posse foi na sede do instituto, em Brasília, e contou com a presença de servidores e autoridades. Stefanutto foi nomeado no último dia 5 de julho e assume a autarquia com a missão de agilizar processos internos e solucionar a grande demanda pelos serviços previdenciários.

[“Previdência e trabalho simbolizam a Constituição cidadã do Brasil”, avalia Carlos Lupi](#)

Ministério da Previdência Social - 10/07/2023

O ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, enfatizou a proteção dos direitos previdenciários e trabalhistas ao participar nesta segunda-feira (10), no Rio de Janeiro (RJ), do seminário “80 anos da CLT e o futuro do direito sindical”. Com o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Alexandre Belmonte como debatedor, o evento foi promovido pelo Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB).

[45 anos da Lei que instituiu as Normas Regulamentadoras](#)

Fundacentro - 14/07/2023

No Brasil, com os altos índices de acidentes no trabalho na década de 1970, foi criada a Lei nº 3.214, publicada em 6 de julho de 1978 no Diário Oficial da União, para promover a saúde, segurança e bem-estar dos (as) trabalhadores (as) em diversos setores de atividade. As vinte e oito normas regulamentadoras elaboradas pelo Ministério do Trabalho e Emprego contaram com a participação da Fundacentro na criação, nas posteriores revisões e na elaboração de novas NRs, com fornecimento de subsídios técnicos.

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[MPT-PE se reúne com OAB-PE para tratar sobre aprendizagem](#)

Ministério Público do Trabalho - 13/07/2023

A procuradora do Trabalho e coordenadora regional de Combate ao Trabalho Infantil e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes (Coordinfância), Jailda Pinto, participou, na última terça-feira (11), de reunião com a Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Pernambuco (OAB-PE), para tratar sobre políticas de fomento de aprendizagem no estado de Pernambuco. O evento aconteceu na sede da OAB Pernambuco.

[MPT-RJ participa de evento sobre os 80 anos da CLT e o futuro do Direito Sindical](#)

Ministério Público do Trabalho - 11/07/2023

O vice-procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho no Rio de Janeiro (MPT-RJ), Fabio Goulart Villela, participou ontem (10/07) do Webinar Papo com o IAB - 80 anos de CLT e o futuro do Direito Sindical. A iniciativa, promovida pelo Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB Nacional), contou com a presença de diversas autoridades e especialistas dos temas.

[MPT em Pernambuco convoca as 40 maiores empresas do Estado para seminário sobre empregabilidade das pessoas LGBTQIAPN](#)

Ministério Público do Trabalho - 10/07/2023

O Ministério Público do Trabalho (MPT) em Pernambuco promoveu, no último dia 30 de junho, seminário com o objetivo de sensibilizar e disseminar a cultura da diversidade e da inclusão no mercado de trabalho, com foco na empregabilidade da popu-

lação LGBTQIAPN+, convocando as empresas a cumprirem seu papel. O evento aconteceu no auditório da sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 6ª Região e reuniu representantes das maiores empresas do Estado. Apesar das fortes chuvas que ocorreram naquele dia, o auditório estava lotado.

[MPT notifica empresas de MT que ainda não cumpriram a cota mínima de aprendizagem](#)

Ministério Público do Trabalho - 10/07/2023

O Ministério Público do Trabalho em Mato Grosso (MPT-MT) encaminhou, entre 6 e 8 de junho, notificações recomendatórias a 87 empresas que atuam no estado e que possuem obrigação legal de contratar aprendizes nos municípios de Cáceres, Confresa, Diamantino e Peixoto de Azevedo. O objetivo é garantir o cumprimento da cota mínima de aprendizagem, com prioridade de contratação para adolescentes entre quatorze e dezoito anos e em situação de vulnerabilidade ou risco social, em especial os(as) que cumprem medidas socioeducativas, os(as) que estão acolhidos(as) e aqueles(as) afastados(as) de situação de trabalho infantil.

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[SINAIT defende a inclusão de trabalhadores informais como beneficiários da licença-paternidade](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 14/07/2023

A Auditora-Fiscal do Trabalho Érika Medina representou o SINAIT na quarta e última reunião do grupo de trabalho criado na Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados para debater a ampliação do período da licença-paternidade, nesta quarta-feira, 12 de julho. A próxima fase do GT será a realização de seminários para coleta de mais contribuições.

[13 de julho – O Estatuto da Criança e do Adolescente completa 33 anos](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 13/07/2023

Neste ano de 2023, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) completa 33 anos. O documento foi institucionalizado pela Lei nº 8.069 no dia 13 de julho de 1990. O ECA, como também é conhecido, estabeleceu que crianças e adolescentes estão sob a proteção integral da família, da sociedade e do Estado. A proteção à criança e ao adolescente é um desafio assumido pelo SINAIT e pelos Auditores-Fiscais do Trabalho que atuam na área.

[SINAIT questiona criação do fundo de garantia das execuções trabalhistas aprovada pelo STF](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 12/07/2023

Para o vice-presidente do SINAIT, Carlos Silva, a criação do Funget é algo que precisa ser analisada. “A criação do Fundo precisa ser revista. O Funget poderá representar um incentivo para o descumprimento da legislação trabalhista. Precisamos discutir o assunto controverso para que não se transforme em si num incentivo à não quitação por conta do empregador inadimplente. Uma série de ajustes estruturais devem preceder tal possível criação, tal como, e principalmente, a inclusão dos recursos provenientes de execução de TAC pelo MPT e de condenação judicial por dano moral coletivo por parte do poder judiciário trabalhista. Corremos o risco se ver liberalizada a inadimplência”.

Notícias do e-Social

[Divulgada nova data para entrada em produção dos eventos de Processos Trabalhistas](#)

eSocial - 12/07/2023

O início do envio dos eventos relativos às informações referentes aos processos trabalhistas ocorrerá no dia 1º/10/2023. A partir desse mês, a GFIP previdenciária correspondente será substituída pela DCTFWeb. A [Instrução Normativa RFB n.º 2147, de 30 de junho de 2023](#) alterou a [Instrução Normativa RFB n.º 2005 de 29 de janeiro de 2021](#), que regulamenta a substituição da GFIP-Reclamatória pela DCTFWeb, estabeleceu o período de apuração de outubro/2023, a partir do qual as informações referentes a decisões condenatórias ou homologatórias proferidas pela Justiça do Trabalho deverão ser declaradas na DCTFWeb.

Outras Notícias

[Empresa terá de indenizar trabalhador que teve 73% do corpo queimado](#)

Consultor Jurídico - 15/07/2023

Nos casos especificados em lei, ou quando a atividade desenvolvida pela empresa implicar risco para outros, não é mais exigida a existência de culpa — em sentido amplo — para que o empregador seja responsabilizado pelo dano provocado por acidente de trabalho.

[Igualdade salarial entre homens e mulheres é pista de corrida bem sinuosa](#)

Consultor Jurídico - 15/07/2023

Não há dado que evidencie de forma tão objetiva a desigualdade entre homens e mulheres quanto o salário. Sim, essa parcela tão querida no universo do trabalho é a prova de uma realidade triste para nós, mulheres. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad), os homens ganharam aproximadamente 30% a mais que as mulheres em 2019.

[Reduzir salário sem justificativa gera indenização ao trabalhador, decide TRT-11](#)

Consultor Jurídico - 14/07/2023

A 3ª Vara do Trabalho de Boa Vista, do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região (AM/RR), por meio de acordo, contemplou uma trabalhadora de uma empresa do setor de comunicação com uma indenização de R\$ 148 mil por redução salarial sem justificativa.

[Cade deve considerar impactos de suas decisões sobre empregos, decide TRT-15](#)

Consultor Jurídico - 11/07/2023

A [Lei 12.529/2011](#), que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, protege todos aqueles afetados por decisões empresariais de fusões, cisões e incorporações. Por isso, não se pode relegar a segundo plano o trabalho, que é fonte essencial de produção de riquezas e fator importante para a economia e o desenvolvimento do país.

[Adolescentes não podem executar tarefas perigosas, decide TST](#)

Consultor Jurídico - 10/07/2023

A 6ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou uma rede de lanchonetes a não exigir de trabalhadores menores de idade tarefas como limpar áreas comuns e sanitários e operar chapas e fritadeiras, consideradas de risco à saúde e, portanto, incompatíveis com a proteção constitucional ao adolescente.

[Empresa deve pagar horas extras por curso realizado fora do expediente](#)

Migalhas - 14/07/2023

O período em que o empregado está à disposição da empresa, mesmo que realizando cursos, deve ser remunerado. O entendimento unânime é da 6ª câmara do TRT 12ª região, em ação na qual uma trabalhadora teve o seu aumento salarial condicionado à frequência em cursos oferecidos pelo empregador fora do horário regular de trabalho.

[TRT-2: Execução não é suspensa por não localizar bens penhoráveis](#)

Migalhas - 14/07/2023

Por votação unânime, a 9ª turma do TRT da 2ª região manteve decisão que indeferiu pedido de suspensão da execução por falta de amparo na legislação trabalhista. De acordo com os autos, a exequente alegou que não havia sido encontrado bem dos devedores e fez o requerimento citando os arts. 921, inciso III, do CPC e 40 da lei 6.830/80.

[STF pausa análise de cumulação de honorário assistencial e contratual](#)

Migalhas - 13/07/2023

Ministro Dias Toffoli, do STF, pediu vista e interrompeu julgamento que analisava a possibilidade de cumulação de honorários assistenciais e contratuais em ação coletiva trabalhista. Antes da vista, o relator, ministro Ricardo Lewandowski (aposentado), e o ministro Nunes Marques votaram em sentidos divergentes.

[TRT-4 condena em R\\$ 300 mil empresa que mantinha “ponto britânico”](#)

Migalhas - 13/07/2023

Concessionária de energia elétrica deve pagar R\$ 300 mil por danos morais coletivos após o MPT constatar que não mantinha registros corretos das jornadas dos empregados. A empresa também foi obrigada a corrigir a situação, sob pena de multa no valor de R\$ 50 a cada registro irregular. As determinações foram estabelecidas em primeira instância pela juíza do Trabalho Márcia Carvalho Barrili, titular da 4ª vara do Trabalho de Gravataí, e mantidas pela 6ª turma do TRT da 4ª região.

[Enquete avalia utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação por profissionais de SST](#)

Revista Proteção - 14/07/2023

Não é novidade que as TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação) são uma realidade em diferentes âmbitos do mundo do trabalho e que a inovação é um caminho sem volta. Agora, como os profissionais de Saúde e Segurança do Trabalho lidam com estes temas no dia a dia? Como avaliam os impactos e a criação de riscos novos e emergentes em matéria de SST à medida que as tecnologias baseadas nas TICs mudam? E será que eles estão adotando essas ferramentas em benefício da SST? Foi buscando responder a essas perguntas que o Instituto IdEQ21 idealizou um levantamento que pode ser respondido por todos que atuam na área, além de estudantes.

[Publicada Portaria que altera regimento interno da Comissão Tripartite Paritária Permanente](#)

Revista Proteção - 11/07/2023

Foi publicada, no Diário Oficial da União, nesta terça-feira, 11 de julho, a Portaria 2.415 de 7 de julho, pelo MTE (Ministério do Trabalho e Emprego), referente à CTPP. O texto é uma adequação ao Decreto 11.496 de 19 de abril de 2023, que recria as CNTT (Comissões Nacionais Tripartites Temáticas) e fortalece o trabalho da CTPP (Comissão Tripartite Paritária Permanente) com mudanças no regimento interno da Comissão. Destaque importante nesta portaria é que ela promove o aumento da quantidade de integrantes da CTPP, que passa a ser de 21 representantes no total, de 6 para 7 em cada bancada.

[Trailer odontológico na obra: Seconci-DF leva saúde bucal aos trabalhadores](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 14/07/2023

O Serviço Social da Construção do Distrito Federal (Seconci-DF) disponibiliza quatro unidades móveis de odontologia que percorrem obras por todo Distrito Federal levando saúde bucal aos trabalhadores da construção e colaborando com a produtividade da empresa.

[Caixa divulga novo manual de orientações sobre recolhimentos ao FGTS](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 12/07/2023

A Caixa Econômica Federal divulgou a versão 17 do Manual de Orientações Recolhimentos Mensais e Rescisórios ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e das Contribuições Sociais, via Circular Caixa nº 1.022/2023. O manual dispõe sobre os procedimentos pertinentes à arrecadação do FGTS.

Atos Normativos

[SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 136, DE 4 DE JULHO DE 2023](#) (DOU de 11/07/2023 Seção I Pág. 27) - Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ - ASSOCIAÇÃO CIVIL. ISENÇÃO. REMUNERAÇÃO DE DIRIGENTES;

[PORTARIA MTE Nº 2.420, DE 10 DE JULHO DE 2023](#) (DOU de 11/07/2023 Seção I Pág. 68) - Altera a Portaria MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, que regulamenta disposições relativas à legislação trabalhista, à inspeção do trabalho, às políticas públicas e às relações de trabalho. (Processo nº 19955.104144/2022-05);

[PORTARIA Nº 2.415, DE 7 DE JULHO DE 2023](#) (DOU de 11/07/2023 Seção I Pág. 70) - Homologa o Regimento Interno da Comissão Tripartite Paritária Permanente – CTPP;

[CIRCULAR Nº 1.022, DE 10 DE JULHO DE 2023](#) (DOU de 12/07/2023 Seção I Pág. 58) - Divulga a versão 17 do Manual de Orientações Recolhimentos Mensais e Rescisórios ao FGTS e das Contribuições Sociais;

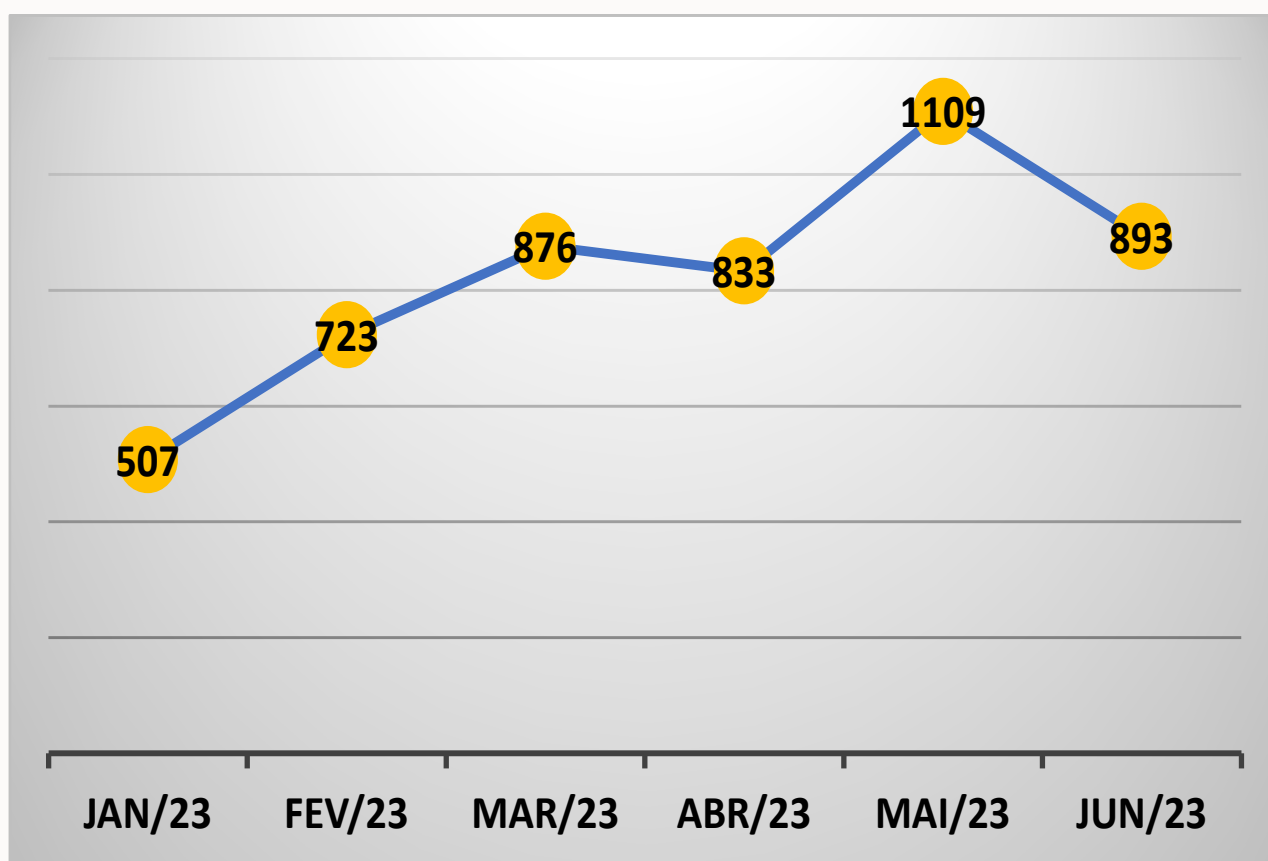
[PORTARIA MPS Nº 2.393, DE 5 DE JULHO DE 2023](#) (DOU de 12/07/2023 Seção I Pág. 127) - Altera o Regimento Interno do Conselho de Recursos da Previdência Social - CRPS, aprovado pela Portaria MTP nº 4.061, de 12 de dezembro de 2022;

[DESPACHO DE 11 DE JULHO DE 2023](#) (DOU de 13/07/2023 Seção II Pág. 61) - Divulga a relação nominal dos ocupantes do cargo de Auditor-Fiscal do Trabalho - AFT, em todo o território nacional, com a numeração de suas respectivas Credenciais Específicas (CIF) e Unidades da Federação de lotação;

[DESPACHO DE 11 DE JULHO DE 2023](#) (DOU de 13/07/2023 Seção II Pág. 70) - Divulga a relação nominal dos ocupantes do cargo de Auditor-Fiscal do Trabalho - AFT, em todo o território nacional, com a numeração de suas respectivas Credenciais Específicas (CIF) e Unidades da Federação de lotação.

Dados estatísticos de Fiscalização

Quantidade de Autos de Infração lavrados por descumprimento da Norma Regulamentadora n.º 18 (NR 18) durante a fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no ano de 2023 (jan-jun):



Fonte: Radar SIT - Autuações

EXPI **EXPEDIENTE**

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

José Carlos Martins

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente da CPRT

Gilmara Dezan

Gestora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula